



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>1</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

## **ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2013**

--- Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas dezassete horas e trinta minutos, no Edifício do Mercado Biológico, sito na Rua Direita, Vila de Óbidos, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- **PONTO UM** - Informações; -----

--- **PONTO DOIS** – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Fixação de Taxas de IMI, Derrama, IRS e TMDP para dois mil e catorze; -----

--- **PONTO TRÊS** – Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromisso plurianual, de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – Lei dos Compromissos, relativamente ao Protocolo celebrado com a Obitec em trinta de outubro de dois mil e doze; -----

--- **PONTO QUATRO** – Apreciação e eventual aprovação da Proposta sobre a designação do Fiscal Único da Óbidos Criativa, E.M., conforme estipulado no número três do Artigo vinte e seis, da Lei número cinquenta, barra, dois mil e doze, de trinta e um de agosto; -----

--- **PONTO CINCO** - Eleição e posterior nomeação de três Membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Seleção e Avaliação, para atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Concelho que frequentam o Ensino Superior, nos termos do disposto do número dois, do artigo oito, do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior; -----

--- **PONTO SEIS** – Eleição e posterior nomeação de quatro Membros da Assembleia Municipal e suplentes, para integrar a Assembleia Intermunicipal do Oeste, conforme estipulado nos números um, dois e três do artigo oitenta e três da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro; -----

--- **PONTO SETE** – Período fora da ordem do dia – Intervenção do público. -----

--- O Segundo Secretário, Ana Reis, fez a chamada. -----

--- Presenças - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, José Rodrigues Machado, Fernando Jorge Sousa e Silva, Anabela Blanc Capinha Corado, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, José Luís Rocha de Oliveira, Albino Agostinho de Sousa, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Maurício Correia, Francisco Lage Raposo Brás Teixeira, Anabela Braga Adónis, Ana Catarina Brás de Carvalho, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo Oliveira Cardoso, Dina Fernanda Pereira Vieira, Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa e Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins. -----

--- Substituições – A Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues e o Deputado Ricardo Miguel Pereira Duque, foram substituídos pelos Deputados João Paulo Sousa Veludo e Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega, respetivamente. -----

--- Quórum – Vinte e oito presenças. -----

--- Faltas – Maria Cristina Fernandes Rodrigues e Ricardo Miguel Pereira Duque. -----

--- Registou-se ainda a presença do Presidente da Câmara, Humberto da Silva Marques e dos Vereadores, Bernardo José Fernandes Rodrigues, Pedro José de Barros Félix, Telmo



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		2
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **PONTO UM – INFORMAÇÕES**-----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal fez uma exposição sobre a metodologia a seguir nas reuniões da Assembleia Municipal. Informou, também, que gostaria que as mesmas fossem realizadas à sexta-feira, por volta das cinco, cinco e meia da tarde. As ordinárias, na última sexta-feira de cada mês em que se realizar a Assembleia Municipal, ou seja, nas indicadas na lei. Na próxima reunião da Assembleia Municipal, que se realizará no dia vinte e três de dezembro, é sua intenção trazer uma proposta da Mesa para a criação de um novo regimento. Foram criados endereços eletrónicos para a Assembleia Municipal e para os seus Grupos.-----

--- Sobre o assunto o Deputado Custódio Santos considerou que esse horário não se justifica, embora seja uma Assembleia extraordinária. Os pontos que vão discutir, não justificam este horário, num dia útil de trabalho, onde se exige tantos sacrifícios aos Municípios e ao povo em geral. Muito embora possam pedir uma justificação destas horas, não sabe se os privados vão nisso. Há que ver esta situação. Se fosse a um sábado, ou a um domingo, até poderia ser mais cedo a Assembleia Municipal. A um dia útil de trabalho não se justifica. Há pessoas prejudicadas com este horário. -----

---O Deputado José Machado solicitou que o Presidente da Assembleia Municipal desse instruções para serem enviados, no dia seguinte, via email, aos membros da Assembleia Municipal, as informações projetadas com os endereços eletrónicos relacionados com a Assembleia Municipal e os seus Grupos Municipais. -----

– Solicitou ainda que os Deputados Municipais façam, preferencialmente, as suas intervenções no local específico equipado com microfone, ao lado da mesa da presidência da Assembleia.-----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal aceitou as sugestões do Deputado José Machado. -----

--- Sobre a hora de início da sessão da Assembleia Municipal, o Deputado José Machado, disse que o Grupo Municipal do PS concorda com as observações feitas pelo Deputado Municipal Custódio Santos sobre a hora de início da sessão da Assembleia Municipal.-----

---Disse também que já tinha tido oportunidade de, informalmente, transmitir ao Presidente da Assembleia Municipal que, no entender do Grupo Municipal do PS, se deve evitar que as sessões da Assembleia Municipal se iniciem às dezassete horas e trinta minutos de um dia útil, por a essa hora vários dos membros da Assembleia Municipal terem obrigações profissionais.-----

--- Acrescentou a sugestão para, futuramente, as sessões da Assembleia Municipal, nos dias úteis, começarem só após ter finalizado a maioria das atividades profissionais e que outra possibilidade é serem realizadas durante o dia de sábado. -----

--- O Deputado Miguel Silvestre referiu que compreendem este horário, porque sentem que é, de alguma forma, necessário, também, fazer um teste, para perceberem qual é a receptividade das pessoas.-----

– Considerou ter sido algo que foi aceite desde a primeira hora, que era necessário fazer aqui uma alteração, em relação à questão dos horários, até como forma de se dar alguma dignidade ao processo e ao funcionamento da Assembleia Municipal. -----

--- Propôs que não se tivessem sessões longuíssimas, que acabem quase já de madrugada.--



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>3</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Solicitou às outras entidades que concretizassem de uma forma mais explícita, as propostas que têm a fazer e que, não concordando com este horário, sugiram outros horários que possam ser conversados, previamente, e combinados entre todos. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que podem contar com ele para simplificar e fazer com que as coisas funcionem de forma mais rápida.-----

--- Propôs que no final desta Assembleia Municipal, pudessem conferenciar sobre esse tema com o porta-voz dos respetivos Grupos Municipais.-----

--- Mostrou-se sensível aos argumentos para que se convidem as pessoas, os Municípios, a poderem estar perto da Assembleia Municipal. -----

--- Referiu não ser sensível a que olhem para a Assembleia Municipal como a última coisa que têm para fazer.-----

--- Também não é sensível para olharem para a Assembleia Municipal como um órgão que reúne ao fim de semana. -----

--- Parece-lhe que se deve olhar para a Assembleia Municipal como um órgão municipal, com muita dignidade e devem encontrar, durante a semana, um dia para a realização da reunião. Fez a proposta das sextas-feiras, para ser facilitador desta relação entre conveniência de trabalho dos membros da Assembleia Municipal, e, sobretudo, conveniência da população permitindo-lhe poder querer participar. -----

--- Não lhe parece, com o tempo que se está a atravessar, que possa ser muito convidativo iniciarem reuniões às nove, nove e meia da noite e terminarem à meia-noite, à uma ou às duas da manhã. -----

--- Propôs que se retomasse este assunto de uma forma mais definitiva, no final desta reunião. -----

--- Referiu também a vantagem no horário proposto, que permite chegar ao final do dia, fazerem as deliberações e, se forem bastante eficazes na gestão do tempo, e na tomada das deliberações, poderem ainda jantar em família. -----

--- **PONTO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI, DERRAMA, IRS E TMDP PARA O ANO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

--- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil seiscentos e setenta e quatro, de dezoito de novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Fixação de Taxas de IMI, Derrama, IRS e TMDP para o ano de dois mil e catorze, que a seguir se transcreve: “**Fixação de taxas de IMI, Derrama, participação em IRS e TMDP para 2014.** -----

--- Considerando que: -----

- O município reduziu em € 69.041,24 as receitas de IMI cobradas em 2012, relativamente a 2011; -----

- A receita municipal com IMI cobrada até outubro de 2013 é de cerca de € 1.902.487,91, o que relativamente a período homólogo de 2012, representa uma redução aproximada de 450.000,00€, não existindo informação da Autoridade Tributária sobre a expectativa de cobrança até final do corrente ano; -----

- A proposta da Lei do Orçamento do Estado para 2014 procede a uma redução média de 5% nas transferências para os municípios; -----

Propõe-se a manutenção das taxas de IMI, Derrama, participação em IRS e TMDP, nos seguintes termos: -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>4</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

IMI: -----  
- Prédios rústicos: 0,8%; -----  
- Prédios urbanos: 0,65%;-----  
- Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI: 0,375%;-----  
Derrama: 0%, -----  
IRS: 4% na participação cabendo ao Município auferir apenas 1%; -----  
TMDP: 0,25% -----  
Óbidos, 11 de novembro de 2013-----  
O Presidente da Câmara Municipal” -----  
--- Perante a proposta apresentada o Deputado Francisco Teixeira expressou uma série de dúvidas em relação à conclusão apresentada pela Câmara.-----  
--- Durante a campanha eleitoral, uma das coisas que ouviu, com particular insistência, era da saúde financeira do Município.-----  
--- A saúde financeira do Município, neste momento, deveria, também, orientar a sua perspetiva para ajudar quem vive no Município.-----  
--- E se é verdade que existe essa saúde financeira, sabem, também, por outro lado, que neste momento, a taxa de crescimento do IMI é bastante expressiva.-----  
--- Nesse sentido, pediu que lhe explicassem essa saúde financeira, versus, a não reflexão dessa saúde na alteração do IMI, igualando-o, por exemplo, às Caldas da Rainha, a Lisboa e a outros Concelhos.-----  
--- O Deputado José Machado referiu que, quanto à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem o valor total recebido pelo Município de Óbidos, nos últimos anos, tem sido muito pequeno, pelo que se afigura que o melhor seria, neste aspeto, acompanhar o vizinho Município de Caldas da Rainha onde não se cobra esta taxa.-----  
--- Sobre a derrama referiu que, em Lisboa, foi aprovada a isenção do pagamento da derrama a todas as empresas sediadas naquele concelho com volume de negócios inferiores a cento e cinquenta mil euros, sendo que as empresas com montantes superiores a cento e cinquenta mil euros que trabalhem em determinados sectores de atividade, como restauração e farmácias, também terão isenção da derrama.-----  
--- Acrescentou que, se houvesse derrama no concelho de Óbidos, a receita global a arrecadar seria relativamente baixa.-----  
--- Relativamente ao IRS referiu que os vereadores eleitos na lista do PS propuseram, na Câmara Municipal, que se abdicasse dos cinco por cento, tendo a maioria PSD decidido continuar a reter um por cento.-----  
--- Se houvesse a redução em mais um por cento de IRS no concelho de Óbidos, a receita municipal global a arrecadar baixaria pouco. Como todos sabem, a receita de IRS tem muito maior impacto orçamental em Lisboa ou até mesmo em Caldas da Rainha do que em Óbidos.-----  
--- Sobre o IMI, disse que a receita deste imposto para o Município de Óbidos, no ano passado, foi de cerca de dois, vírgula, cinco milhões de euros e que este ano prevê ser cerca de dois, vírgula, sete milhões de euros. Acrescentou que, se for aprovada a proposta de manter a taxa de zero, vírgula, trezentos e setenta e cinco por cento para vigorar em dois mil e catorze, a receita de IMI crescerá para próximo dos três milhões de euros.-----  
--- Questionou o motivo de se sobrecarregarem muitos munícipes com o pagamento de maior valor, em euros, de IMI, se a saúde financeira do município é tão boa como o PSD repetidamente afirmou na recente campanha eleitoral.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>5</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

- Lembrou que este ano a taxa do IMI no concelho de Óbidos é vinte e cinco por cento superior a Caldas da Rainha ou a Lisboa, o que desincentiva o investimento .-----
- Referiu a agravante dos coeficientes de localização dos prédios, por exemplo, no Pinhal de Óbidos e no Bairro dos Arcos ser de um, vírgula, dois, quando o Código do IMI prevê que possam ser a partir de zero, vírgula, trinta e cinco, para zonas rurais, e para os locais mais luxuosos até três.-----
- Apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS, a seguinte proposta de alteração da taxa do IMI para prédios reavaliados, que se transcreve: **Proposta do Grupo Municipal do PS de Óbidos para redução da taxa de IMI**-----
- Considerando que: -----
- A proposta apresenta pela Câmara Municipal, com 4 votos a favor e três contra, sobre a taxa de IMI, para os prédios avaliados, nos termos do CIMI, implica, para muitos pequenos proprietários do concelho de Óbidos, um aumento do valor deste imposto a pagar no próximo ano.-----
  - Os valores patrimoniais com base no atual código têm dado, em muitas situações, aumentos de mais do dobro, em prédios de 1998 a 2003, o triplo ou mais em prédios registados nos anos 80 e valores 10 vezes superiores em prédios mais antigos. -----
  - Em muitos municípios a taxa do IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis) é e vai ser de 0,3% (taxa mínima para prédios urbanos avaliados), sendo uma forma de compensar o potencial aumento causado pela reavaliação dos imóveis.-----
  - Mesmo com a cláusula de salvaguarda do aumento máximo de 75 €, no próximo ano, há um maior esforço financeiro pedido a muitas famílias. -----
  - Há proprietários de baixos recursos que tentaram vender e não conseguiram, que irão ser sobrecarregados nos impostos, por possuírem vários artigos matriciais, dando como exemplo a herança de antigas adegas, hoje desativadas, arrecadações, casas antigas, anexos e garagens. -----
  - Sendo verdadeira a boa saúde financeira do município, como foi dito e repetido pelo PSD na recente campanha eleitoral, não se compreende que se queira manter a taxa de 0,375% de IMI para os proprietários do concelho de Óbidos, a partir do próximo ano, o que implica ser superior em 25% à que vai ser praticada em Caldas da Rainha, Lisboa e outros municípios que adotaram a taxa mínima de 0,3 %. -----
  - De referir que este ano a última prestação do IMI só é paga em Novembro e costumava ser em Setembro, pelo que os dados citados na proposta da Câmara Municipal não são comparáveis, contrariamente ao que lá consta. -----
  - O poder de compra é mais baixo para a maioria dos proprietários do concelho de Óbidos, pelo que fazem um esforço financeiro maior do que nos concelhos vizinhos para pagar o IMI. Para além de no concelho de Óbidos se pagar mais 25% de IMI, há a agravante dos coeficientes de valorização dos prédios nalguns locais rurais do concelho de Óbidos serem mais elevados do que a média nacional para situações idênticas, o que merece uma reanálise. De referir que os coeficientes de localização no concelho de Óbidos variam entre 0,6 e 1,6 e o Código do IMI prevê irem de 0,35 a 3. -----
  - As políticas públicas não devem ser assentes em medidas avulsas, mas sim integradas e após se conhecer com rigor a atual situação financeira e as perspetivas para os próximos anos. O princípio geral deve ser sobretudo, para a CMO equilibrar o seu orçamento, diminuir a despesa e não aumentar os impostos.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>6</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

- Uma das medidas para apoiar as famílias e a atividade económica do concelho a ultrapassar este período de graves constrangimentos financeiros será a taxa de IMI ser reduzida para o mínimo legal, já que sofreram um aumento anual na fatura da água de 60 € não obstante as sucessivas roturas nas redes de água que provocam inconvenientes à população.-----

– Tendo em atenção, a título de exemplo, a seguinte mensagem que nos enviou um pagador de IMI do nosso concelho: *“Tenho uma casa há 10 anos com que sonhei uma vida inteira. Fui eu que a construí com muito sacrifício durante 3 anos. Vou ter de pagar o empréstimo até aos 65 anos. Agora não me castiguem mais com impostos e a subida do IMI. Por favor lembrem-se dos pobres.”*, O Grupo Municipal do PS de Óbidos quer dar voz a este apelo, porque do ponto de vista dos pequenos proprietários com poucos recursos, a situação poderá tornar-se muito difícil. Assim, defendemos que o Município não deveria aumentar significativamente a receita global anual de IMI à custa dos pequenos proprietários, que estão a empobrecer, devido à atual política nacional. -----

- A situação poderá originar que alguns proprietários não tenham condições para pagar mais o valor de IMI e perderem as suas casas.-----

- Esta proposta de redução da taxa do IMI é também uma forma de não penalizar mais as famílias que estão com dificuldade para cumprir os seus compromissos das suas habitações para com a Banca. Além disso, esta proposta, sendo aprovada, aumentará a competitividade do nosso território, fazendo atrair mais população para o concelho de Óbidos.-----

--- **PROPÕE-SE:**-----  
--- Reduzir de 0,375% para 0,3% a taxa do IMI, para prédios avaliados nos termos do CIMI, acompanhando assim as boas práticas de muitos Municípios, designadamente de Caldas da Rainha e de Lisboa. -----

--- Nota:-----  
--- Atualmente, não há restrições para a Assembleia alterar propostas da Câmara Municipal, salvo as seguintes: -----

--- Artigo 25º da Lei 75/2013-----  
--- 3 - Não podem ser alteradas na assembleia municipal as seguintes propostas apresentadas pela câmara municipal:-----

- Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;  
- Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como a alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor; -----

- Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;-----

- Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas; -----

Sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal. -----

Óbidos, 26 de Novembro de 2013. -----  
O Grupo Municipal do PS” -----

--- O deputado José Oliveira, referiu ter escutado atentamente aquilo que os Deputados do PS disseram sobre a proposta que está em discussão, e que devem votar.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		7
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Face ao que foi dito, expressou a sua surpresa e disse ter ficado com a sensação de que chegou a este Concelho há muitos poucos dias, porque o que ouviu, e ouviu diretamente do Deputado José Machado, e o que ouviu dele em campanha eleitoral, parece-lhe, pensa, que não estão no mesmo Concelho. -----

--- Sobre o tema, fez as considerações que se enunciam:

O Deputado andou a fazer campanha num Concelho e agora veio para a Assembleia Municipal, para outro. É aquilo que lhe parece. Ou andou a enganar o público, anteriormente, ou está a tentar enganar alguém, neste momento.-----

--- Quando faz uma proposta de abaixamento do IMI, e se falarem em vinte e cinco por cento e nos números que está a alvitar, diz-lhe que isto ascende a seiscentos mil euros, num ano de receita, a menos.-----

--- Para um Município pequeno, como Óbidos, entende que isto poderia e poderá ser uma catástrofe. -----

--- Falou também que o IMI não deveria subir. A proposta que está em discussão não tem qualquer alteração de taxas em relação ao ano anterior. Não sabe onde é que andou a ler sobre subidas de IMI, porque isso não acontece.-----

--- Comparou, também, em relação a todas estas taxas, o Concelho de Óbidos com o Concelho de Caldas da Rainha e com outros Concelhos. Mas só comparou algumas coisas, não comparou outras.-----

--- Comparou o IMI, mas não comparou o IRS.-----

--- No Concelho de Caldas, quando o IRS era um por cento para o Município e quatro por cento para os Municípios, passou a ser precisamente o contrário, ou seja, quatro por cento para o Município e um por cento para os Municípios. Estão a arrecadar aqui três por cento de IRS a mais do que estavam anteriormente. -----

--- O Concelho de Óbidos não mexeu nisso. Mantém os quatro por cento para o Município e um para o Município. Não mexeu nas taxas de IMI, nas taxas de direito de passagem, não mexeu em nada. -----

--- Em relação ao que ouviu, parece-lhe que é de mau agrado, de mau senso, irem mexer naquilo que possa parecer, porque, até hoje, as alterações não existem nesta área e neste setor, no Concelho. Não existem qualquer tipo de alterações. -----

--- Poderá haver Municípios com mais, ou menos, dificuldades. Quem tem património, paga sobre o mesmo. -----

--- Quando se disse na campanha eleitoral que tinham um Concelho falido, não está a perceber como é que se vem agora dizer que existe uma saúde financeira. Não sabe onde é que está o seu bom senso em relação a estes pontos. -----

--- Sobre a taxa de IMI, o deputado Jorge Veloso referiu que, embora não pareça, na sua opinião, é um imposto que afeta as famílias. É um imposto sobre o seu bem mais precioso e o mais importante, que é o direito à habitação.-----

--- Em relação à taxa que querem manter, apoia, desde que não aumente. Referiu que não sabe se a proposta de manutenção terá a ver com o empréstimo do Pael.-----

--- Espera que no futuro, esta taxa não tenha de subir, pelo menos que se mantenha.-----

--- Em relação ao zonamento do Concelho de Óbidos, acha que há zonas que pagam um valor um pouco elevado.

-- No Pinhal de Óbidos, acha que existe um zonamento não tão elevado como o resort, junto ao mar, mas estranha que, se não se engana, paguem o mesmo, assim uma taxa de um sessenta e cinco, numa terra simples, que não tem condições de luxo, é uma simples



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>8</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

terra com pessoas que são trabalhadores, muitas delas tentam ganhar a sua vida como podem, mas continua a ter um zonamento um bocado alto. Não sabe se será por ter vista para o castelo.-----

--- A aldeia de A - dos - Negros também tem mais que uma zona. A localidade está dividida ao meio. Metade tem um zonamento mais baixo do que a outra. Não sabe se será devido à proximidade da barragem e considera que, nesta parte não existe muita justiça no zonamento.-----

--- Expressou ainda a vontade de que fosse facilitada informação do valor total anual que se vai receber este ano, em comparação com os últimos dez anos, para que seja antes dos novos resorts que entraram, e para que possam ter uma ideia do impacto deste aumento do imposto do IMI nas famílias do Concelho.-----

– Relativamente às palavras do Deputado José Oliveira, o Deputado José Machado, referiu que lhe parecia que vai haver aumento de IMI no próximo ano, se for aprovada a proposta apresentada pela maioria da Câmara.-----

--- Acrescentou que o que lhe parecia suceder é que, devido à cláusula de salvaguarda, há pessoas que vão pagar só mais setenta e cinco euros, devido àquela cláusula.-----

--- Sendo assim, considera que muita gente do Concelho de Óbidos, muitos pequenos proprietários, vão pagar mais setenta e cinco euros por cada matriz, por cada artigo matricial.-----

--- Referiu que o que interessa às pessoas é a taxa, a quantidade de euros que vão pagar, que têm que tirar do seu bolso.-----

---Considerou que, para as pessoas que vivem bem e que têm moradias nos resorts, até se poderá, eventualmente, no zonamento, passar de um, vírgula, seis, ou dois.-----

– Referiu, de seguida que a parte da localização para os pequenos proprietários, é uma questão a ver com calma e bem estudada., isto porque há pessoas que vão pagar setenta e cinco euros, várias vezes. Se tiverem três matrizes, vezes três, a mais no próximo ano, do que neste ano. O problema é a quantidade de euros que as pessoas vão pagar.-----

--- Referiu ser verdade que, na campanha do PS, foi dito que havia uma situação difícil. Não se referiu à palavra, ou adjetiva ou substantiva, que o Deputado usou, mas foi dito que havia dificuldades e que essas dificuldades serão grandes a partir de dois mil e quinze.-----

– Considerou que, em dois mil e catorze ainda há receitas extraordinárias de milhões de euros que vêm do empreendimento turístico Falésia D’El Rey, pelo que entende haver uma folga e, ser necessário tomar a opção.-----

--- Relativamente às últimas eleições, referiu que o PSD foi um bocadinho mais votado do que o PS. Entre estas duas teses, apresentadas aos eleitores, parte da população achou que a situação financeira estava bem. Ainda houve uma terceira força eleita, que foi a CDU, mas não sabe o entendimento a esse respeito. Quanto ao CDS, tinha um discurso idêntico ao do PS. No entanto, de acordo com as regras vigentes a legalidade é esta, o PSD ganhou as eleições.-----

--- Agora há que demonstrar se, de facto, tem a boa situação financeira. Não deve agravar os Municípios com mais esses setenta e cinco euros, vezes o número de matrizes, se a situação estiver boa.-----

--- Se a situação estiver má, então há que dar a mão à palmatória e cá estarão, para, honradamente, se assumirem os compromissos e procurar ajudar, se a situação for difícil. --

--- O Deputado José Oliveira referiu que, no documento que o Deputado José Machado leu sobre a alteração ao IMI, se refere que o mesmo é por contribuinte mas que, na



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>9</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

intervenção tida disse que o IMI altera e tem aquela vertente dos setenta e cinco euros, o qual não pode aumentar mais do que isso, e é por matriz. -----

---Sendo assim. Expressa a vontade de que verificasse qual era a situação e não dissesse uma coisa agora e, cinco minutos depois, dissesse outra, totalmente diferente. -----

--- Considerou ainda que não deve ser em dois mil e quinze que devem tomar posições em relação a isso, porque nessa altura, terão que penalizar, muito mais, o contribuinte.

--- Infelizmente, foi isso que aconteceu no nosso país. Não gostaria de ver isso acontecer no Concelho de Óbidos. Prefere sacrificar um bocadinho, pequenino, cada ano, o contribuinte, do que depois, num só ano, terem de sacrificar uma coisa da qual, muitos , não se irão aguentar. -----

--- A Deputada Anabela Corado informou ter tomado a devida nota que a opção política relativamente ao IMI e aos impostos deste Município é a mesma do governo e do PSD. ----

--- Considerou que, a pretexto da boa saúde financeira, se sacrifica quem se possa sacrificar, mesmo que essas pessoas não tenham meios para pagar, ou seja os pequenos proprietários que têm diversos artigos matriciais e que têm que pagar um valor por cada propriedade. -----

---Deu o exemplo concreto, que não é nesta dimensão, numa outra dimensão: uma pessoa que vende uma propriedade por cento e sessenta e cinco mil euros. Nas finanças está avaliada em trezentos e cinquenta mil. O imposto que se paga é sobre os trezentos e cinquenta mil e não sobre os cento e sessenta e cinco mil, que é o valor real da venda. Tal situação levará, segundo a deputada, a que as pessoas que recebem quatrocentos euros de reforma, se calhar até preferiam vender a adega, ou o armazém, que lá têm em casa, para não estarem com estes custos e estes encargos anuais. -----

---Informou ainda haver uma outra folga orçamental que o Deputado José Machado não referiu e que o Deputado José Oliveira também não referiu. -----

--- Considerou que com o novo orçamento de estado, os fundos imobiliários vão, no próximo ano, passar a pagar metade do IMI. Ou seja, pela lei, os fundos imobiliários estão isentos de pagamento de IMI. E vão deixar de estar. A partir do próximo ano vão começar a pagar metade do IMI. Isto vai, também, ser uma folga orçamentada.-----

--- Referiu que o Deputado José Oliveira nada veio esclarecer, ou acrescer. Não explicou o porquê da defesa do aumento do imposto. Apenas atacou, do ponto de vista político, a intervenção, quer se goste ou não goste, sempre construtiva do Deputado José Machado. ---

--- Teceu algumas considerações políticas sobre a campanha eleitoral que já passou e que se finalizou. Quer gostem, quer não gostem, especialmente o Grupo Municipal do PSD, o Grupo Municipal do PS aumentou substancialmente os votos, o número de eleitos na Assembleia Municipal, o número de Vereadores.-----

--- Portanto, considerou que o diálogo, agora, quer queiram, quer não, vai ter que ser um bocadinho mais forçado, e que vão ter que levar com os Deputados do PS, com as suas opiniões e ouvi-los mais, porque ouvir não é a mesma coisa do que escutar.-----

--- O Deputado Miguel Silvestre começou por referir que o PSD não tem problema nenhum em levar com os Deputados do PS. Estão cá para fazer essa colaboração toda, mas todos têm que ser claros nas coisas que estão a dizer. -----

--- Disse que não havia aumento de impostos e que isso tinha que ficar claro, visto que não o estava a ser nas várias intervenções feitas e que até, do ponto de vista ético, não era muito correto estarem a entrar neste momento.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>10</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Reforçou que não haverá aumento de impostos, mas sim a manutenção daquilo que foi uma decisão que já vem do passado, perante um momento em que o país, novamente, está a falar em aumentar impostos. -----

--- Em Óbidos, disse o que se está a fazer é, precisamente, manter aquilo que foi decidido. Considerou que, quando se fazem comparações, devem ser feitas com toda a realidade dos Municípios vizinhos, não apenas em alguns casos. -----

---Apontou que, no caso de Caldas da Rainha existia uma nuance que já fora explicada, mas era preciso também perceber o acompanhamento que alguns Municípios fizeram e que chegaram até ao caso de Óbidos, como por exemplo, o Bombarral e outros, que têm taxas de IMI mais altas.-----

---Disse ser também importante perceber que, quando defendemos a redução do IMI, também estamos a defender a redução do IMI para os proprietários que podem pagar. O que terá reflexos, depois. -----

---Sobre a preocupação expressa com as pessoas mais pobres, referiu que estavam a apresentar exemplos de pessoas com patrimónios de quatrocentos, quinhentos, trezentos mil euros, considerando que é preciso explicar que estes seiscentos mil euros, que podem afectar a receita do Município, vão ter que ser, de alguma forma, compensados de outra forma. -----

--- Considerou haver serviços do Município que, se calhar, perante uma redução destas, que teriam de ser reduzidos.-----

--- Portanto, referiu que se está perante uma hipótese e perante um desafio que terão que ter aqui, que é, quando falam em reduzir receitas do Município, têm que explicar quais vão ser os serviços que vão ser afectados, na vossa opinião. -----

--- Considerou ser esse é o diálogo que querem trazer para estas discussões e que nunca existiu, mas que exige uma postura realmente responsável. Trazer boas ideias, sim senhor, estão cá para isso. -----

--- Referiu que, quando os deputados do PS falam em reduções de seiscentos mil euros, é preciso que expliquem quais são os impactos, dando opinião sobre quais são os serviços a mais no Município, que vão ser cortados, quais são os apoios sociais que podemos não ter que fazer. -----

--- Chamou a atenção para a necessidade de ter consciência de que, muitas vezes se fala na Assembleia, de realidades que ultrapassam aquilo que são os poderes do Município. Quando falam de questões de zonamento, etc., estão a falar de questões que estão ligadas às próprias finanças. -----

---O Município não tem aqui um poder discriminatório, ou ilimitado, que possa fazer aquilo que muito bem entende.-----

--- O Deputado, expressou a vontade de que ficasse claro que, durante a campanha, foi realmente dito que o Município de Óbidos tem uma situação financeira bastante difícil, por todos os partidos da oposição.-----

---Como tal, considera que seria bom que se explique, neste momento, como é que, responsabilmente, (se é verdade e se acreditaram nisso que foi dito na campanha), podem vir fazer uma proposta que tem um impacto significativo destes. -----

--- A ser assim, acha que, em algum período não se esteve a falar corretamente. -----

--- Terminou referindo que deste lado, o que está a acontecer, é a manutenção da linha que foi defendida anteriormente. Há aqui uma posição com a qual é perfeitamente livre de não se concordar, mas é perfeitamente coerente. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>11</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- O Presidente da Câmara Municipal, começou por dizer que não esconde que é sensível às questões que aqui foram apontadas, dum certa dificuldade das famílias, relativamente a impostos. -----

--- Disse não esconder que não deixa, ou não é insensível, a questões de procurar baixar um bocadinho a carga aos próprios Municípios. -----

--- Informou que seria o que fariam, se sentissem que tinham uma base rigorosa, sólida, sem o instrumento meramente especulativo a que assistiu aqui, de que por mais séria que seja a discussão, no debate, nestas linhas, não passam do mero caso de especulação, relativamente a valores concretos. -----

--- Referiu que tomaram uma opção, que foi a opção de manter uma estratégia, que aliás, já veio de trás, de baixarem a taxa de IMI. -----

--- Lembrou que há um ano atrás, antes dessa deliberação, tinham zero, vírgula, quarenta e passaram para zero, virgula trinta e sete e meio. -----

--- Decorrido este tempo, e é certo, também é sensível a essa questão, que à medida que o tempo passa, no momento de deliberação da Câmara Municipal, tinham um valor. -----

--- Hoje, têm outro valor de previsão de receita entrada ao dia vinte e oito do mês de novembro. -----

--- Ninguém lhes dá garantias de que vão subir, como ouviu alguns Deputados assumirem uma subida. Ouviu até um Deputado dizer que, provavelmente, iriam a dois, vírgula, sete milhões de euros. Gostava de ter essas certezas. -----

--- Disse que não esconde que o Presidente da Câmara é um homem comum, é um homem natural, e, portanto, não tem o dom de visionar aquilo que se vai passar até trinta e um de dezembro. -----

--- Informou que, no contexto de uma deliberação de Câmara que tinha que ser tomada, que tinham, à data, determinado valor de arrecadação e que ao mesmo tempo não tinham uma base que perspetivasse aquilo que iriam arrecadar, preferiram manter e não honrar as famílias, manter a taxa de IMI, IRS, Derrama e Taxas Municipais de Direito de Passagem, tal como vinham a fazer até aqui, a ter qualquer atitude de aumentar a carga sobre as pessoas. -----

--- Disse que no dia em que tiver e que esta Câmara tiver uma base, mas para isso é preciso ter uma base, ter os números à sua frente, de uma realidade, coisa que não existe nesta altura, será o primeiro a procurar sacrificar algumas coisas que possam fazer na Câmara, baixar despesas, que é um trabalho que tem sido feito sistematicamente, mas a sacrificar um ou outro serviço, para, efetivamente, dar essa possibilidade aos nossos concidadãos. ----

--- Para isso precisa, no entanto, de o fazer de forma consciente e responsável. -----

--- Não esconde que, por exemplo ao dia de hoje, o que está no portal das finanças de arrecadação de receita, são dois virgula duzentos e cinquenta e nove. Está muito longe dos dois, vírgula, sete milhões de euros. -----

--- Se assim acontecer, cá estará no próximo ano, com o seu Executivo, para corrigir essa taxa. -----

--- Referiu que, às vezes dá ideia que, do ponto de vista ideológico, estão aqui invertidos. Parece que aquilo que normalmente a direita defende é uma coisa que está a ser apropriada pela esquerda, porque quando se diz que de alguma maneira têm que baixar, por causa das famílias carenciadas, entende que isso também significa desafetar aqueles que mais podem pagar. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>12</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Se calhar vão ter que, no futuro, ter uma discussão como é que podemos ajudar essas pessoas que estão em dificuldade. Como é que a partir da arrecadação destes impostos podem ter folga para ajudar pessoas em situação difícil.-----

--- Ao mesmo tempo, informou que a proposta que conhecem do orçamento geral do estado tem estado, sistematicamente, em alteração pelo que já não se sabe se esta questão dos fundos imobiliários vai por diante, ou não.-----

--- Informou que o que é certo é que os fundos que vêm do orçamento geral do estado, vão levar mais um corte de cinco por cento, desconhecendo o que se vai passar do lado da receita. -----

--- O que se sabe, reforçou, é a proposta da lei das finanças locais, que entra em vigor no dia um de janeiro de dois mil e catorze. -----

--- Segundo essa proposta vai-se assistir a uma redução das receitas, até dois mil e dezasseis, do imposto municipal sobre transações. A partir de dois mil e dezasseis vão ter zero. -----

--- O exercício a que assistiram aqui, referiu ainda, é um exercício de manter e não de aumentar, é de manter em nome das famílias e de, alguma maneira, de contrariar aquilo a que se tem assistido nos últimos anos, que é um aumento sistemático dos impostos, da carga fiscal, sobre os cidadãos. -----

--- O que quiseram fazer em Óbidos foi, precisamente, manter e contrariar esta linha de tendência, nunca tendo sido dito que iria aumentar impostos, nem que os iria baixar. -----

--- Mas um Presidente de Câmara tem que se adaptar a qualquer circunstância, pelo que se sentir essas circunstâncias e que tem condições para aliviar, pois nessa altura irá fazê-lo de forma responsável. -----

--- Referiu que a forma como é feita a avaliação dos imóveis, como todos sabem, não é da responsabilidade desta Autarquia, ou de qualquer outra. -----

--- Admitiu que existem coisas que estão mal feitas, considerando que a questão dos seiscentos euros, custo metro quadrado, está desajustada da realidade, levando a valores patrimoniais tributados injustos. -----

--- Quanto à questão do zonamento considerou ser outra questão do serviço de finanças, dizendo que o máximo que a Autarquia pode fazer, é chamar à atenção para estas questões, o que deve fazer mas nada mais pois não é o Município que comanda estes instrumentos. -----

---- Relativamente ao IRS em Lisboa, informou que os Municípios dão à Câmara Municipal dois e meio por cento, enquanto em Óbidos dão um por cento. -----

--- Referiu ainda que o que está perante todos é um exercício de decisão que espera, todos tomem com grande sentido de responsabilidade.-----

--- Considerando que já passou o momento da campanha eleitoral afirmou que era chegado o momento de todos colaborarem para a boa gestão da coisa pública, de não fazerem destas matérias assuntos de fait divers político e às vezes, até, de uma certa inconsistência.-----

--- Referiu que quando não existem dados que nos possam, de facto, dizer, de forma clara, precisa e concreta, qual é a receita que vão arrecadar, todos os exercícios que possam fazer, são meramente especulativos. -----

--- Concluiu, apelando ao sentido de responsabilidade a todos os Deputados, em nome, também, daqueles mais desfavorecidos. -----

--- Interveio o Deputado Custódio Santos, em resposta às afirmações do Presidente da Câmara sobre Deputados da esquerda.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>13</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Considerou que o Presidente da Câmara até fora muito sensível para com os agricultores, na campanha eleitoral parecendo que até já pertencia à extrema-esquerda, ao acusar as grandes superfícies de estarem a eliminar os agricultores do Concelho de Óbidos, e muito bem, nessa situação. -----

--- Sugeriu que o edil visitasse o Concelho e visse os prédios urbanos, parte deles, dos pequenos agricultores, que já, praticamente, são rústicos. Já não têm nada de urbanos e foram avaliados por valores exorbitantes, quando não pagavam qualquer taxa. Sugeriu que se averiguasse quanto é que eles vão pagar actualmente. -----

--- A Deputada Sílvia Correia referiu que, apesar de não trazerem nenhuma proposta para apresentar, após ouvirem esta discussão sobre este ponto de manter a taxa do IMI e a proposta do PS sobre reduzir a mesma, consideram que deviam de deixar a sua opinião. ----

--- Nesse sentido, concordam que a taxa do IMI poderia ser, realmente, reduzida e para compensar esse facto, não fechar serviços, por ai fora, aumentar a taxação do IRS para a Câmara. -----

--- Referiu que, tal como em Lisboa, seria uma fonte de receita e seria muito mais justo, porque o IRS é de acordo com os rendimentos das pessoas e o IMI iria favorecer as pessoas que têm menos rendimentos. -----

--- O Deputado Luís Oliveira, tomou a palavra para afirmar que já que cáiram na tentação de fazer comparações com outros Municípios, esclarecia que no oeste, de acordo com os dados que têm actualmente no portal das finanças, não houve nenhum Município, exceto o Bombarral a reduzir o IMI, sendo essa redução para um valor igual ao valor de Óbidos. ---

--- Informou que, de acordo com aqueles dados, Óbidos é o Município que tem o IMI mais baixo, zero trezentos e setenta e cinco, enquanto Alenquer é zero quatro, Torres Vedras zero quatro, Sobral de Monte Agraço, zero quatro, Alcobaça zero quatro e Nazaré zero quatro. -----

--- Mesmo no distrito de Leiria, Óbidos está nos Municípios que cobram menos de IMI. ----

--- O Deputado José Machado em resposta a observações do PSD nesta sessão, disse que o facto depois de muitos anos, o PSD de Óbidos ter hostilizado publicamente o Dr. Fernando Costa, designadamente por impostos e taxas em Caldas serem inferiores a Óbidos, a recentemente eleita lista liderada por aquele autarca, a nível distrital daquele partido, integra o actual presidente da Câmara de Óbidos. Assim, seria de esperar que integrando o actual presidente da Câmara de Óbidos a lista do Dr. Fernando Costa passaria a concordar com a política deste sobre o IMI com taxa mínima, que muito bem tem defendido, inclusivamente em várias intervenções televisivas, dizendo que para os proprietários de casas não pagarem mais dinheiro de IMI é necessário adoptar-se a taxa mínima deste imposto. Afirmou que não se percebe o motivo do PSD de Óbidos não seguir esta forte e repetida recomendação do seu líder distrital, a menos que a situação financeira do Município de Óbidos não seja o que foi muito repetido, pelo PSD, na recente campanha eleitoral. -----

Disse, também, que os eleitos na lista do PSD de Óbidos têm legitimidade formal para imporem valores de IMI mais altos a pagar no nosso concelho, mas a sua legitimidade política e moral é duvidosa, já que o PSD, quer para a Câmara quer para a Assembleia Municipal, nas eleições de setembro passado, teve menos votos que os outros concorrentes; isto é, o somatório dos votos do PS com a CDU ou com o CDS foi maior do que os votos obtidos pelo PSD. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>14</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- O Presidente da Câmara Municipal questionou se sabiam que os aumentos não podem ir para além de setenta e cinco euros, referindo que haverá, com certeza, algumas pessoas, alguns cidadãos, que, eventualmente, não podem pagar mais setenta e cinco euros. -----

--- Reafirmou que aquilo que disse, foi que no próximo ano, com dados reais e com um ano de experiência, cá estará, para, de forma responsável, tomar uma decisão em função dos números que tem à sua frente. -----

--- Sugeriu que imaginassem o cenário de cinco por cento de redução do orçamento geral do estado, o que seria dizer que os cidadãos também pagam menos para a contribuição à Autarquia de Óbidos. -----

--- Sobre a redução do IMT, considerou que, grosso modo, o valor da redução é muito superior, acrescido, também, da redução, em termos absolutos, neste cenário, de que não chegamos aos dois, vírgula, quatro milhões de euros. -----

--- Considerou que estas medidas vão chegar, embora não tenha certezas. Admitindo esta redução ao lado deste valor, têm que fazer aqui uma gestão de grande responsabilidade. ----

--- Disse não ir falar sobre o exercício de subir no lado do IRS, porque então tinham que falar na política de tributação de um imposto, que nas profissões liberais sabem como é que as coisas acontecem. -----

--- Assim, deixam de fazer um imposto sobre o trabalho e passam a fazer um equilíbrio em função do património. -----

--- Estão conscientes de que pode, efectivamente, haver algum aumento, mas no cômputo geral não sabem como é que isto se vai comportar. -----

--- O Deputado Francisco Teixeira, considerou que aquilo que todos estão a discutir anda à volta do mesmo e que todos pretendem o mesmo para o Concelho, que é uma questão de aplicar justiça social no imposto. -----

--- Referiu que cada um paga o que tem a pagar, de modo a que o Concelho, ao mesmo tempo, tenha as verbas de que necessita para desenvolver o seu trabalho. -----

--- Tal posição, referiu, que não é para defender nenhuma cor partidária para se obter este fim e questionou porque é que neste momento não se consegue atingir essa justiça social. --

--- Segundo o Deputado, essa deveria ser a questão fulcral que devia estar a ser debatida e não se a Câmara estava falida, ou se a Câmara estava cheia de dinheiro. -----

--- Na sua ótica, isso não interessa nada, porque já passou. O que interessa saber, é como é que podem atingir uma justiça social de modo a que o imposto que cada um de nós paga, reflete o valor patrimonial que tem e aquilo, ao mesmo tempo, que o Concelho necessita para obter os recursos necessários para o seu desenvolvimento. -----

---Referindo que essa questão, obviamente, não se prende no futuro, com os zero, vírgula, três, ou zero, vírgula, três sete cinco, que estão a discutir, mas sim com o valor atribuído pelas finanças, nomeadamente, nas zonas de mapeamento, sendo esse o trabalho que tem que ser feito e sendo aí que se tem de chegar, todos em conjunto, percebendo que a questão do mapeamento está errada. -----

--- Relembrou a questão do Bom Sucesso referindo que, na altura uma das questões que levou à aprovação do Bom Sucesso, como do resort, foi que o IMI a aplicar aí seria de zero, vírgula, oito, um excesso face a todo o Concelho. -----

--- Referindo que, neste momento, o mapeamento do IMI do Bom Sucesso é um, vírgula, seis. -----

--- Se todos forem conversar sobre aquilo que têm que fazer, é pensar em conjunto, e alterar o mapeamento. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>15</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Neste momento e dadas as circunstâncias, de qualquer maneira, entende a bancada do Grupo Municipal do PS, até por questões de justiça social, propor que pode haver uma redução para zero, vírgula, três, sobretudo, porque quem vive em Óbidos e as pessoas que são do Concelho, onde se vai refletir mais esta diferença, são pessoas que necessitam desse apoio.-----

---- Não tendo havido mais intervenções, passou-se à votação da proposta do Grupo Municipal do PS, sobre a redução da taxa de IMI, tendo sido rejeitada por maioria, com dezasseis votos contra e doze votos a favor. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Passou-se à votação da proposta da Câmara para Fixação de Taxas de IMI, Derrama, IRS e TMDP para o ano de dois mil e catorze, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e doze votos contra. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---**Declaração de Voto** - Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve; “**Declaração de voto do Grupo Municipal do PS** – Com a finalidade de muitos pequenos proprietários do concelho de Óbidos não terem que pagar mais valor de IMI, no próximo ano, apresentámos a proposta para baixar a taxa do IMI de 0,375% para 0,3%.-----

--- Esta nossa proposta pretendia que no próximo ano, no concelho de Óbidos, a taxa de IMI passasse a ser igual à boa prática de Caldas da Rainha, Lisboa e muitos outros municípios portugueses.-----

--- Esta seria uma forma de não penalizar mais designadamente muitas famílias que estão com dificuldade para cumprir compromissos para com a Banca, relativos às suas habitações. Além disso, se a nossa proposta tivesse sido aceite aumentar-se-ia a competitividade do nosso território, o que faria atrair mais população para o concelho de Óbidos.-----

--- A ser verdadeira a “boa saúde financeira do município”, como foi muito repetido pelo PSD, na recente campanha eleitoral, não se compreende o motivo porque se continuará a pagar mais 25% de IMI em Óbidos do que em muitos outros municípios.-----

--- Os eleitos na lista do PSD de Óbidos têm legitimidade formal para imporem valores de IMI mais altos a pagar no nosso concelho, mas a sua legitimidade política e moral é duvidosa, já que o PSD, quer para a Câmara quer para a Assembleia Municipal, nas eleições de Setembro passado, teve menos votos que os outros concorrentes; isto é, o somatório dos votos do PS com a CDU ou com o CDS foi maior do que os votos obtidos pelo PSD.-----

--- É curioso que, considerando o resultado dos mandatos obtidos na votação das últimas eleições diretamente para esta Assembleia Municipal, registou-se uma maioria de votos a favor da proposta de redução da taxa de IMI, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, porque teve o apoio da CDU. A nossa proposta não foi aprovada pelo facto de vários presidentes de Junta de Freguesia terem optado por votar contra a redução da taxa de IMI, o que implicará a muitos pequenos proprietários pagarem maior valor de IMI no próximo ano.-----

--- Face ao exposto, votámos contra a proposta defendida pelo PSD, por não ter sido acolhida a nossa proposta para baixar a taxa do IMI, porque ao ser mantida a taxa de 0,375% isso implica muitas famílias irem pagar mais valor, em euros, de IMI no próximo ano do que neste em 2013 e não obstante a cláusula de salvaguarda que limita, também no próximo ano, o aumento a 75 euros.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>16</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Salvo se o Sr. presidente da Câmara vier a assumir que a situação financeira do Município de Óbidos ser má, não se compreende a oposição do PSD a uma redução de 25% do valor de IMI a pagar pelos proprietários das casas. -----

--- Lamentamos que Óbidos não se tenha alinhado, nesta matéria, com a boa prática de muitos outros Municípios, nomeadamente Caldas da Rainha e Lisboa.” -----

--- **PONTO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ARTIGO SEIS, DA LEI NÚMERO OITO, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS, RELATIVAMENTE AO PROTOCOLO CELEBRADO COM A OBITEC EM TRINTA DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DOZE**-----

--- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil seiscentos e setenta e três, de dezoito de novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização prévia, a assunção de compromisso plurianual, de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – Lei dos Compromissos, relativamente ao protocolo celebrado com a Obitec em trinta de outubro de dois mil e doze. -----

– O Deputado Miguel Silvestre informou que, atendendo a que o assunto é a Obitec, naturalmente está impedido de participar na votação e estará ausente. -----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu também que, apesar de não estar a dar cumprimento à deliberação da Câmara que o tornou representante do Município na Obitec, por essa razão, não fará parte da votação, embora não esteja, neste momento, a fazer representação do Município.-----

--- Mais informou que essa representação é assumida pelo Presidente da Câmara, que tem toda a competência para representar o Município. -----

--- A Deputada Ana Carvalho referiu que, tendo em conta que em dois mil e catorze vai ser transferido o montante de quinhentos e cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove euros e vinte cêntimos para a obra do edifício central do parque tecnológico, para apoio à construção e apetrechamento dos edifícios e tendo em conta que têm no Concelho vizinho, nomeadamente, o Cenfim e o Cencal, a trabalhar a meio gás, gostava de saber quais eram as propostas e as perspectivas para a formação e quais as formações que estão em vista para serem realizadas nestes edifícios.-----

--- O Deputado José Machado pronunciou-se quanto a esta proposta de reprogramação do apoio concedido à OBITEC para apoio à construção no Parque Tecnológico de Óbidos, considerando que pretende a maioria da Câmara que o Município pague em dois mil e catorze o valor de quinhentos e cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta e nove euros e vinte cêntimos para a obra em curso destinado à instalação de uma incubadora de empresas, serviços de apoio às empresas instaladas e serviços de formação do Parque Tecnológico. -----

--- Referiu que a proposta é comparticipada pela União Europeia, através do QREN, e o restante pela CMO e recordou o que consta da acta da CMO, de vinte e três de outubro de dois mil e doze, sobre este assunto, tendo o Presidente da Câmara da altura dito que concordava com ele. -----

--- Disse que não está devidamente esclarecido quem suportará os futuros custos de funcionamento e de manutenção destes edifícios e referiu que a cláusula sexta do protocolo



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>17</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

abre a porta para a CMO vir a ter encargos desse tipo, assim como dos eventuais trabalhos a mais da obra de construção. -----

--- Afirmou que importa recordar que, aquando da iniciativa da criação do Parque Tecnológico de Óbidos, há cerca de 6 anos, foram criadas expectativas de novos milhares postos de trabalho neste concelho. Desde essa altura até hoje foram construídas, naquele parque, infra-estruturas, designadamente arruamentos e redes de água, esgoto, electricidade e telecomunicações, com o apoio de fundos comunitários e dinheiro do Município, havendo ainda a pagar uma dívida ao Banco Barclays superior a um milhão de euros.-----

--- Recordou que foram também construídos dois edifícios, por entidades privadas, sendo um do grupo Janela Digital que transferiu os seus serviços de Caldas da Rainha, a menos de três quilómetros de distância. O outro edifício que foi construído não está a ter utilização, devido a dificuldades relacionadas com o respetivo negócio que era de conteúdos de televisão.-----

--- Referiu que, até hoje, o Parque Tecnológico de Óbidos, sendo uma interessante ideia, não contribuiu para o aumento global dos postos de trabalho, considerando que o grupo Janela Digital apenas transferiu os postos de trabalho de Caldas da Rainha para Óbidos.----

--- Entretanto, registou a iniciativa muito positiva de se ter conseguido que fosse cedido, por 10 anos, o Convento de São Miguel, nas Gaeiras, para aí se instalarem várias micro-empresas, havendo para tal um pequeno investimento. -----

--- Considerou que também está previsto serem disponibilizadas instalações existentes, da CMO, na vila de Óbidos, e algumas escolas primárias do concelho que deixaram de ser utilizadas para o ensino público e poderão servir para atividades empresariais.-----

- Perante o que referiu acima, afirmou que, para o investimento em curso nos edifícios centrais do Parque Tecnológico de Óbidos deveria previamente ser evidenciada a análise nomeadamente nos seguintes aspectos:-----

- A rentabilidade do investimento proposto, tendo em consideração a situação actualizada do Município e do País, comparando com outras possíveis soluções que seriam investimentos de muito menor valor e maior eficácia, nomeadamente na requalificação de edifícios existentes para serem adaptados para actividades empresariais.-----

- Quais são os benefícios, não financeiros, que o município prevê vir a ter com a construção dos edifícios centrais do Parque Tecnológico.-----

- Uma rápida e concertada diligência dos órgãos do Município de Óbidos para sensibilizar o Governo e a administração do QREN, que foi nomeada por este Governo, para que a verba disponível, de cerca de 4 milhões de euros, seja utilizada de forma mais criteriosa, tendo em conta a sua rentabilidade designadamente social. -----

- Falta evidenciar a preocupação estratégica e de sustentabilidade da obra proposta, tendo em conta experiências anteriores e também os investimentos de milhões de euros anteriormente feitos no Parque Tecnológico de Óbidos, sendo que falta pagar mais de milhão de euros ao Banco Barclays e que a OBITEC tem dependência financeira da CMO.-----

- Falta comparar a rentabilidade em vários domínios deste investimento com outras possíveis soluções que seriam investimentos de menor valor na requalificação de edifícios existentes para serem adaptados para actividades empresariais. -----

--- Pensa que teria sido possível utilizar de forma mais útil e mais necessária actualmente para os munícipes do concelho de Óbidos, os milhões de euros previstos para esta obra.



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>18</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

Custa-lhe a acreditar que o Governo de Portugal, na situação dramática que o País vive designadamente do ponto de vista financeiro e social, não tenha obrigado a analisar propostas alternativas mais económicas e mais eficazes para o investimento dos milhões de euros disponibilizados pela União Europeia, através do QREN. A esta postura burocrática do Governo e da administração do QREN.-----

--- Contudo e porque a obra está em curso, não se afigurando neste momento fazer o que devia ter sido feito há tempo atrás, neste caso, isto é, reequacionar a alocação deste financiamento a outros fins mais importantes ou urgentes, verifica-se que a emenda de procedimento deverá ser aplicada nas futuras situações, pelo que o bom senso indica para se concluir esta obra com muita atenção sobretudo para que os futuros custos de manutenção e funcionamento não sejam mais um encargo do orçamento municipal.-----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou que gostaria de não ter que participar no ponto da discussão e daquilo que os Deputados dizem e pediu que o ajudassem a não ter esse perfil interventivo, referindo que se candidatou ao lugar para moderar as reuniões e representar a Assembleia Municipal.-----

--- Como tal, solicitou que, sempre que evocassem actos do Presidente da Câmara, nomeadamente da sua pessoa, não digam falsidades, porque isso obriga-o a ter que intervir.

--- Não concordou com aquilo que se estava a dizer. Referiu que tem orgulho em ser o grande promotor dessa obra, da sua estratégia de financiamento, de toda a visão de atracção de empresas que ela permitirá.-----

--- E acrescentou que esta é uma obra que está a nascer no Concelho de Óbidos, que tem o total apoio da região, do país, e que quem ainda não compreendeu, certamente, precisará de um pouquinho mais de tempo, mas lá chegará.-----

--- Concluiu dizendo que não devem dar indicações que não correspondam à verdade, para não o obrigarem a ter que repor a verdade, e nada mais do que isso.-----

--- O Deputado José Oliveira considerou que se está perante bons actos de gestão, dizendo que o seu entendimento de gestão é o entendimento que tem daquilo que se deve fazer para que as coisas corram bem, é prevêê-las.-----

– Referiu que só podem prever essas coisas e praticar bons actos de gestão quando fazem isso com antecedência e com tempo. Não se pode, só quando as coisas acontecem, praticar os actos, porque aí já vão tarde, não têm hipóteses de reformular, de fazer aquilo que seja. -

--- Por aquilo que percebeu das palavras do Deputado José Machado e daquilo que está em cima da mesa, parece-lhe que o Deputado sempre foi contra a incubadora de empresas em Óbidos e agora vem aqui dizer que as empresas que vierem para a incubadora de Óbidos não deveriam ter vindo, porque essas empresas deviam ter ido para Caldas. Isto foi aquilo que foi dizer.-----

--- Parece-lhe que para o Concelho se desenvolver, crescer, só é possível fixando pessoas e para o fazer é necessário trazer e fixar empresas.-----

--- Ora, na sua ótica, as empresas para virem para cá têm que ter condições, uma das quais é elas poderem vir com um custo mínimo.-----

--- Para essas empresas virem para cá e se lhe quisermos dar custos de determinada dimensão, essas empresas vão à procura de outros sítios.-----

--- Isto, considera, que são atos de boa gestão. São formas de fixar pessoas. São formas de fixar empresas e criar emprego dentro do próprio Concelho.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>19</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

---Isto é aquilo que entende como ato de gestão, aquilo que entende como investimento a médio e longo prazo. -----

--- Referiu que considera que não podem, de maneira alguma, actuar quando as coisas acontecem. Devem e terão de atuar a médio e longo prazo e quando estão a falar a médio e longo prazo, estão a falar em três, quatro anos. Se não fizerem isso, não têm tempo de dar a volta à situação. -----

--- O que acontecia antigamente é que, a nível empresarial, as margens de lucro eram dos trinta, quarenta, cinquenta por cento, e tudo era possível fazer-se. Hoje, as margens reduziram loucamente. Se as empresas e as instituições, sejam elas quais forem, não tomarem posição com tempo, não conseguiram desenvolver seja aquilo que for. -----

--- Informou que fala das empresas, fala do próprio Município, fala daquilo que foi, e muito bem, feito pelo Município de Óbidos, embora seja verdade que trás custos. Mas também é verdade, refere, que se não fosse feito em determinados momentos, não haveria hipótese de ser feito noutras alturas. -----

--- Concluiu que quer queiramos, quer não, determinados tipos de subsidiação vão desaparecer. Se essas coisas não forem aproveitadas no momento certo, não terão oportunidade de vir a aproveitar noutros momentos. -----

--- Por tudo isso, considera correta a posição que o Município tomou, no sentido de puxar para Concelho meios empresariais, mais empresas, criando postos de trabalho e fixar, através delas, mais pessoas no próprio Concelho.-----

--- O Deputado Custódio Santos solicitou que se olhasse para a realidade do Concelho e não falassem que estão a atrair empresas, porque não dão condições às empresas instaladas, dizendo que, se for preciso, chama à Assembleia Municipal, um metalúrgico que está na Zona Industrial das Gaeiras e que a Câmara não lhe dá condições para ele trabalhar.-----

--- Há lá um pequeno terreno, que é municipal. O homem quer adquiri-lo e colocaram-lhe todas as dificuldades. Queria produzir mais, queria trabalhar, queria pôr mais trabalhadores, criar postos de trabalho, e a Câmara não lhe dá condições.-----

--- Concluiu dizendo que agora, falam aqui em atrair empresas, e dar condições às mesmas, quando não dão condições às empresas que se encontram aqui, para poderem trabalhar.-----

---O Deputado Jorge Veloso interveio dizendo que o parque tecnológico foi uma especulação, porque criou-se primeiro o parque e agora vai-se atrair as empresas.-----

--- Considerou que o país já está a recuperar, mas apostar em empresas de elevado valor tecnológico é uma boa aposta se tiverem as condições. -----

--- Mas para o Deputado, este é um Concelho agrícola, é um Concelho rural. Dizem que vão apostar em serviços, quando o que têm são empresas agrícolas. -----

--- Referiu que se tem algum turismo e, no mesmo a única aplicação, que têm é em hotéis e uma escola de turismo, pelo que considera que, se calhar, em vez de terem o parque tecnológico, deviam ter algo que pudesse captar mais turismo e conseguir fazer melhor exportação-----

--- Disse que as empresas tecnológicas que virão por seis meses, viriam em número elevado, mas questionou se após esses seis meses terão condições para as conseguir captar.

--- Referiu que querem saber como é que essas empresas poderão ficar cá, sabendo que existem empresas internacionais, com grande expressão, nomeadamente empresas de jogos que têm uma grande fatia no mercado internacional.



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>20</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

---- Será necessário saber se esse parque tecnológico fará a diferença, porque estes quinhentos mil euros de que agora estão a falar, de investimento para concluir aquilo, se calhar, o Deputado José Oliveira falou dos seiscentos mil porque seria aquilo que ia abater, se baixassem a taxa do IMI. -----

--- Referiu que quando falamos em quatro, cinco milhões, temos de considerar que são muitos milhões, que dariam para muitas coisas. -----

--- Apontou os novos fundos comunitários, que podem ser usados para aumentar a nossa rede de irrigação do arnóia. -----

--- Mas, a seu ver, falam de muitos milhões do parque tecnológico. Considerou que quando se pensa em estratégia, em gestão, tem que se aplicar a ideia e explicar a todas as pessoas do Concelho o que é que isso representa, porque grande parte das pessoas não vêm o parque tecnológico, acham que é muito interessante, mas não sabem é como se vai gerir esses valores. -----

--- Defendeu que a ideia criativa é muito importante, mas precisam de mais dados, para dizerem que vai funcionar. Não querem especular, actualmente, com o parque tecnológico.

--- Informou que esteve na Janela Digital e eles referiram que não é o mesmo ter uma empresa em Lisboa e ter uma empresa em Óbidos. A localização também é muito importante. Estão ao lado de uma auto-estrada, precisam de uma estrada de informação, de meios, de serviços. -----

--- Conseguirão, entre Caldas e Óbidos, gerir isso de modo mais eficiente? -----

--- O Deputado Hélder Mesquita, em relação a esta obra e a este montante que vai transitar disse que gostava de saber se há incumprimento, se os autos estão pagos, se o dinheiro está correcto ou não está, se vão ter que pagar mais, se há incumprimento, da parte da Câmara ou da parte do empreiteiro, se houve atrasos e, se sim porquê. -----

--- Gostava de saber o que é que se passa com esse tipo de situações. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal informou que uma pequena parte da resposta foi dada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, relativamente ao equívoco e fez a intervenção que se segue. -----

--- O Presidente da Câmara, nessa reunião de Outubro, nunca referiu, nem nessa reunião, nem noutra que, são os Senhores do QREN e portanto temos que fazer as coisas desta maneira- -----

--- Informou que a estratégia do parque tecnológico vem desde dois mil e sete e que este não é, nem nunca foi uma especulação e referiu ser necessário ser Autarca para se perceber que as coisas mudam e cada vez mudam a ciclos mais rápidos, e em ciclos mais curtos. -----

--- Relativamente a dois mil e sete, disse ser verdade que começaram com as obras de infraestruturas de todo o parque tecnológico e que, então, não tinham, de facto, aquilo que veio a acontecer mais tarde, que foi a bolha imobiliária e a crise mercados financeiros. -----

--- Tinham, por um lado, os Bancos a financiarem os capitais em capitais alheios, as empresas. Tinham um quadro comunitário de apoio que incentivava ao desenvolvimento e criação de novos negócios. -----

--- Tinham, efectivamente, um aceleração enorme nestas áreas, não só da área tecnológica, mas também muito da capacidade criativa que cada um tem para transformar essa ideia em negócios. -----

--- Se há um erro que pende sobre o Executivo de que faz parte, é o único. É o facto de, provavelmente, não conseguir comunicar, ou explicar, aos diversos partidos da oposição, a importância do investimento que estavam a fazer. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>21</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Porque ainda hoje, ouviu como ouviu, perguntas sobre se o parque, os edifícios centrais, não poderiam com o Cencal, ou com o Cenfim, fazer aqui parcerias. -----

--- Disto só resulta uma única interpretação. Défice de comunicação da nossa parte. -----

--- Na verdade, os edifícios centrais nunca concorreram, nem concorrem com entidades que temos em Caldas da Rainha, Se quiserem, pode ser uma forma de complemento dessas Associações, pois não o estão a criar edifícios centrais para fazer formação. Aquilo não é uma escola. Não é um instituto de formação, pois atende à fixação de novos empreendedores, que tenham já uma certa capacidade. -----

--- Sentir que esta matéria é uma matéria de combate político, deve dizer-se que não ajuda ao processo de construção e que não encontrou nas preocupações, nas intervenções, uma preocupação de construção de um modelo. -----

--- Gostaria muito mais que os Deputados presentes interpelassem o Presidente da Câmara sobre o modelo de gestão e de captação destas empresas, de dimensão nacional e internacional ou seja discutissem em matéria de substância, aquilo que efectivamente resulta de uma determinada visão. -----

--- Quando nós dizemos que é possível, trazer a Start Portugal para dentro dos edifícios centrais do parque tecnológico, pela estratégia que tinham e pelos edifícios que tinham. Acha que não era mais fácil para a Start Portugal estar em Lisboa, ou em Coimbra, do que vir para Óbidos, se não tivessem feito nada. -----

--- Foi sempre uma corrente de contra informação de que aquilo que se fez para isso, não se fez para outro lado, não se atendeu a outras coisas. -----

--- Todos sabem que o Município só consegue fazer obras com recurso a receitas extraordinárias, entenda-se, receitas de fundos comunitários. -----

--- Todos sabem que o Município fez uma candidatura ao POVT para a questão do saneamento, de um, vírgula, seis milhões de euros, para atender a essas questões. Não foi uma questão de insensibilidade do Município, mas a candidatura foi reprovada. -----

--- Felizmente conseguiram segurar esta. Não viu uma única referência elogiosa ao anterior Executivo, nem agora, nem nunca, pelo contrário, sempre um combate. -----

--- Os combates são bons quando são para construir. Acha que este não está a servir para construir. Está a servir para gerar desconfiança a quem olha para nós como um território possível de criar o seu negócio pois estes debates, estas intervenções, não são inócuos para quem pensa em investir. Precisam, de uma vez por todas, de estar unidos e de dar estabilidade a quem olha para nós como uma oportunidade. -----

--- Mas não haver uma intervenção elogiosa em relação ao anterior Executivo a dizer que conseguiram quatro, vírgula, cinco milhões de euros num momento em que tinham um défice no quadro comunitário do PO Regional Centro, de cento e quarenta e dois milhões. Não ouviu uma única intervenção elogiosa quanto a isto. -----

--- Isto não se faz porque temos um castelo. Isto faz-se com muita determinação. Isto faz-se com muita confiança dos decisores de fundos comunitários em relação a uma determinada visão. -----

--- Referiu que gostava imenso que este Grupo Municipal confrontasse o Presidente da Câmara, ou que pedisse ao Presidente da Assembleia Municipal para marcar uma Assembleia específica, para discutir este tema. Isso é que é construir o futuro do Concelho.

--- A tecnologia é um meio. A tecnologia serve todos os sectores. Neste momento, têm empresas no parque tecnológico, que estão a servir a agricultura. O chamado filão da



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		22
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

Agrotec, que permitem medir potenciais de produção, permitem aos promotores tomar decisões, não olhando para a retaguarda, mas como uma espécie de tableau de bordo.-----

--- Sente que os Deputados, por desconhecimento daquilo que as empresas estão a fazer hoje, no ABC, são levados e conduzidos muitas vezes, a um certo lugar, que é o lugar mais acomodado, pouco participativo. -----

--- Porque se tivessem, de facto, a proximidade com estas empresas, tem a certeza que estariam aqui a tentar defender, como o Executivo, a construção dos edifícios centrais, a construção de um modelo de gestão dos edifícios centrais. Esse era o centro da discussão. Não era este, de em vez de gastarem ali, gastaram ali, reduzir aqui para fazer ali. Essa não é a discussão. -----

--- Referiu que se querem, de facto, conduzir um Concelho de esperança, para daqui a quatro, cinco, seis, sete anos, para nós próprios e para as gerações futuras, temos que dar os nossos contributos agora. -----

--- É agora que precisamos de o fazer. Têm sinais de fora, que acreditam na estratégia, que convidam Óbidos. -----

--- Ter outros territórios, como assistiu neste último Congresso da ANMP, a pedirem ao Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia Municipal, para meterem os seus técnicos aqui, para meterem os seus Vereadores aqui no território, para conhecerem, efectivamente, o que estão a fazer, é um sinal de que também temos de fazer o mesmo cá dentro.-----

--- Tentar perceber, antes de começar a fazer qualquer crítica de uma certa desconstrução, ou de um certo lugar-comum. -----

--- Acha que a grande diferença entre um Deputado e um cidadão comum, é que o Deputado tem a obrigação de se envolver. -----

--- Muitas vezes, sente que as pessoas não se envolvem, porque o território de Óbidos, hoje, que vai ser um palco onde todos os febreiros se iram encontrar, fazendo de Óbidos, uma espécie de capital da discussão sobre estas matérias e acha que é um sinal do que está a acontecer e da mudança que está a acontecer em Óbidos. -----

--- É óbvio, se lhe perguntarem se a população já sentiu inteiramente isso, ainda não. Têm que fazer esse caminho. E deixou um apelo aos Deputados. Para que se estão, efectivamente, preocupados em construir, então, em articulação consigo, com o Presidente da Assembleia Municipal, promovam um debate específico para trabalharem esta matéria e para perceberem onde é que podemos melhorar. -----

--- O Deputado Custódio Santos começou por dizer que não acredita nos médiuns e tratam muitas coisas como médiuns mas que está disponível para discutir assuntos de actualidade e resolver situações para o Concelho. Está ao dispor da Câmara Municipal. Não acredita em médiuns, embora eles sejam adivinha. Gosta mais de tratar das coisas à vista e como elas são.-----

--- A Deputada Anabela Corado afirmou que a liberdade de expressão existe desde mil novecentos e setenta e quatro, e uma opinião não é, necessariamente, uma crítica má, mas apenas uma opinião -----

--- Referiu que a Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador da actividade da Câmara Municipal e que, portanto, estão aqui para perguntar e o Executivo para responder.-----

--- O Presidente da Câmara deixou implícito que os Deputados têm alguma dificuldade em perceber a dimensão e a grandiosidade do parque tecnológico.-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>23</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Não está a pôr isso em causa, mas comentou as intervenções e não respondeu, pelo que gostaria muito de o ouvir a responder sobre a intervenção do Deputado Hélder Mesquita- --

--- O Deputado Francisco Teixeira interveio para reforçar o que dissera a Deputada Anabela Corado, referindo que, de facto, ficou por ouvir a resposta ao Deputado Hélder Mesquita. -----

--- O Presidente da Câmara Municipal informou que não há qualquer incumprimento da Câmara Municipal, da Obitec, relativamente a esta obra, em particular e fez a intervenção que se refere abaixo. -----

--- Os autos que foram até aqui apresentados, com visto dos técnicos, das equipas de fiscalização, foram pagos na hora. Não houve o mínimo de incumprimento.-----

--- Não houve, da parte da Obitec, nem da Câmara, sequer, atrasos na definição de algumas condições, ou de erros ou omissões, ou seja, do que for. Não houve atrasos relativamente a isto.-----

--- Esse facto não leva a que estejam inteiramente descansados quanto ao normal prazo de execução da obra pelo que estão a fazer o seu trabalho, de pressionar, para que a obra termine rapidamente, e quanto mais rápido melhor. -----

--- Como não houve mais intervenções, foi a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual, de forma a dar cumprimento ao estipulado no artigo seis, da Lei número oito, barra, dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro – Lei dos Compromissos, relativamente ao protocolo celebrado com a Obitec em trinta de outubro de dois mil e doze, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com catorze votos a favor, dois votos contra e dez abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- Foi presente a declaração de voto do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: **Declaração de voto do Grupo Municipal do PS** – O Grupo Municipal do PS de Óbidos alertou para o seguinte:-----

- Está por demonstrar a necessidade de um novo centro de formação financiado por dinheiros públicos, quando num raio inferior a 3 km existem dois – CENFIM e CENCAL também financiados por dinheiros públicos que estão subaproveitados. -----
- Convém recordar que aquando da iniciativa da criação do Parque Tecnológico de Óbidos, há cerca de 7 anos, foram criadas expectativas de novos milhares postos de trabalho neste concelho. Desde essa altura até hoje foram construídas, naquele parque, infra-estruturas, designadamente arruamentos e redes de água, esgoto, electricidade e telecomunicações, com o apoio de fundos comunitários e dinheiro do Município, havendo ainda a pagar uma dívida ao Banco Barclays superior a um milhão de euros.-----
- Foram também construídos dois edifícios, por entidades privadas, sendo um do grupo Janela Digital que transferiu os seus serviços de Caldas da Rainha, a menos de 3 km de distância. O outro edifício que foi construído não está a ter utilização, devido a dificuldades relacionadas com o respectivo negócio que era de conteúdos de televisão. Há ainda alguns lotes que foram vendidos, mas os respectivos proprietários não iniciaram, até agora, qualquer construção. De salientar que a Dra. Zita Seabra, dona de um dos lotes do Parque Tecnológico afirmou na TVI, no programa “Olhos nos Olhos”, do Dr. Medina Carreira, que a CMO lhe levantou muitas dificuldades burocráticas, o que a levou a optar por utilizar um edifício já existente na Zona Industrial de Óbidos, para a sua empresa tecnológica que tem ao serviço actualmente um conjunto de pessoas que estavam anteriormente desempregadas. O Dr. Medina Carreira tem voltado a referir-se, também na TVI, à citada afirmação da Dra. Zita Seabra. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		<b>24</b>
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

- Até hoje, o Parque Tecnológico de Óbidos, sendo uma interessante ideia, não contribuiu para o aumento global dos postos de trabalho, considerando que o grupo Janela Digital apenas transferiu os postos de trabalho de Caldas da Rainha para Óbidos. -----
- Há a registar a iniciativa muito positiva de se ter conseguido que fosse cedido, por 10 anos, o Convento de São Miguel, nas Gaeiras, para aí se instalarem várias micro-empresas, com um pequeno investimento. Também está previsto serem disponibilizadas instalações existentes, da CMO, na vila de Óbidos, e algumas escolas primárias do concelho que deixaram de ser utilizadas para o ensino público e poderão servir para actividades empresariais. -----
- Desde há algum tempo, a CMO tem designado também como pertencendo ao Parque Tecnológico de Óbidos as empresas que estão no Convento de São Miguel. Nesta linha de raciocínio, será possível considerar também que, por exemplo, a empresa tecnológica da Dra. Zita Seabra, actualmente a funcionar na Zona Industrial, seja considerada como estando integrada no Parque Tecnológico de Óbidos. -----
- A realidade é que até hoje o Parque Tecnológico propriamente dito não contribuiu para o aumento dos postos de trabalho nesta região. Afirmou o então Presidente da Câmara, há alguns anos, que Óbidos apenas tinha 200 desempregados e tal foi até publicado no semanário Expresso e veio a merecer um posterior elogio do Presidente da República. Segundo as estatísticas oficiais, Óbidos aumentou muito o número de desempregados, nos últimos anos. E além dos desempregados inscritos no IEFP, há ainda que somar as muitas pessoas que não tendo já direito a subsídio de desemprego não mantêm a sua inscrição nos serviços oficiais. Em abono da verdade, boa parte dos desempregados do concelho de Óbidos trabalhavam noutra concelho, designadamente em Caldas da Rainha, daí que o problema do desemprego deva ser tratado a uma escala maior que a concelhia. Por outro lado, Óbidos também contribuiu para o aumento do desemprego de Peniche, quando foram dispensadas dezenas de trabalhadores de um hotel que se situa no território obidense. -----
- Recentemente, o Município de Óbidos sujeitou-se a um Plano de Ajustamento Financeiro para viabilizar um empréstimo de 3,8 milhões de euros, pelo prazo de 14 anos, para pagar parte das suas dívidas a fornecedores. Nesse plano está previsto uma forte redução do investimento até 2026, último ano do Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos. -----
- De salientar na obra da Escola Josefa de Óbidos o QREN e o Estado Português comparticiparão a totalidade dos custos, se não houver trabalhos a mais. -----
- Falta evidenciar a rentabilidade do investimento proposto para o Parque Tecnológico, tendo em consideração a situação actualizada do Município e do País, comparando com outras possíveis soluções que seriam investimentos de menor valor na requalificação de edifícios existentes para serem adaptados para actividades empresariais. -----
- Falta expor, com clareza, quais são os benefícios, designadamente não financeiros, que o município prevê vir a ter com a construção dos edifícios centrais do Parque Tecnológico.
- Não estão divulgadas as medidas para reduzir a probabilidade do risco da repetição do sucedido, por exemplo, com a Escola de Dança e Artes, tão acarinhada pela CMO, que obrigou os escuteiros a encolherem-se para metade na utilização do edifício da antiga escola primária de Óbidos. Como é público, a nova escola criativa não chegou a funcionar sequer um ano civil, não obstante, em Novembro de 2011, na sua inauguração, o então presidente da Câmara ter feito, certamente com a melhor das intenções, rasgados elogios a esta nova iniciativa de criatividade que acabou por fracassar. -----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		25
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

- Falta evidenciar a preocupação estratégica e de sustentabilidade da obra proposta, tendo em conta experiências anteriores e os investimentos de milhões de euros anteriormente feitos no Parque Tecnológico de Óbidos, sendo que falta pagar mais de milhão de euros ao Banco Barcklays e que a OBITEC tem dependência financeira da CMO. -----
  - Falta comparar a rentabilidade em vários domínios deste investimento com outras possíveis soluções que seriam investimentos de menor valor na requalificação de edifícios existentes para serem adaptados para actividades empresariais. -----
  - Assim, não estão ainda reunidas as condições que consideramos indispensáveis para uma correcta análise da proposta para a CMO participar, no próximo ano com uma valor de 555.389,20 €, na construção dos referidos edifícios, no Parque Tecnológico de Óbidos, destinados à instalação de uma incubadora de empresas, serviços de apoio e prestação de serviços de formação.-----
  - Parece que o encargo financeiro proposto poderia ser mais útil, noutras alternativas, ao serviço da população do nosso Concelho, que tem que lutar para sobreviver face à austeridade que está a ser agravada pelo Governo. -----  
Esta proposta parece ter a marca do tempo da abundância e está por provar ser adequada ao grave período crise que se vive.-----
  - Parece ter havido uma grande ligeireza na redacção do protocolo que tem um alçapão na “**Cláusula Sexta - Revisão do protocolo**”, onde consta que ambos os outorgantes acordam, ainda, em fixar por escrito e como adenda complementar todos os aspectos e situações de facto que, emergentes do acordo, não tenham sido objecto de regulamentação e se venham a revelar necessários no decurso do cumprimento do protocolo, quer tenham a natureza de omissões ou dúvidas e, desde que, para o efeito, se verifique o acordo de ambos os outorgantes. Esta cláusula parece inspirada nas PPP que hoje toda a gente critica. Não está evidenciado que foram tomados os devidos ensinamentos das obras das novas escolas do concelho de Óbidos, quantos aos sistemas de climatização e de ventilação, para evitar um grande desperdício de energia. E como consequência a emissão, anualmente, de toneladas de CO2 para atmosfera, para além do sobrecusto na factura de energia eléctrica.
  - Quem vai pagar o consumo de energia e os custos de manutenção? Possivelmente será a Câmara Municipal.-----
  - Pensamos que teria sido possível utilizar de forma mais útil e mais necessária actualmente para os munícipes do concelho de Óbidos, os milhões de euros previstos para esta obra. Custa a acreditar que o Governo de Portugal, na situação dramática que o País vive designadamente do ponto de vista financeiro e social, não tenha obrigado a analisar propostas alternativas mais económicas e mais eficazes para o investimento dos milhões de euros disponibilizados pela União Europeia, através do QREN. A esta postura burocrática do Governo e da administração do QREN só há uma conclusão possível: a impreparação e a inadequação do actual Governo às necessidades actualizadas do País. -----
  - Em face do exposto e atendendo a que a obra se encontra em curso, o Grupo Municipal do PS de Óbidos absteve-se na votação da presente proposta. -----
- PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA SOBRE A DESIGNAÇÃO DO FISCAL ÚNICO DA ÓBIDOS CRIATIVA, E.M., CONFORME ESTIPULADO NO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO VINTE E SEIS, DA LEI NÚMERO CINQUENTA, BARRA, DOIS MIL E DOZE, DE TRINTA E UM DE AGOSTO -----**



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		26
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil quatrocentos e noventa e sete, de quatro de novembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a proposta sobre a designação do Fiscal Único da Óbidos Criativa, E.M., conforme estipulado no número três do Artigo vinte e seis, da Lei número cinquenta, barra, dois mil e doze, de trinta e um de agosto, que se transcreve: “Proposta n.º 6/PRE/2013 – Competindo ao órgão executivo da entidade pública participante designar o representante desta na assembleia geral da respectiva empresa local Óbidos Criativa, E.M., nos termos do n.º 2 do artigo 26.º da lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, propõe: -----

--- Um – A designação da Vereadora Celeste Maria Ferreirinho Afonso;-----

--- Dois – Para Fiscal Único da referida empresa a continuidade do Dr. João Martins Viana.-----

--- Óbidos, 21 de Outubro de 2013. O Presidente da Câmara Municipal – Eng.º Humberto da Silva Marques.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira referiu que não se conhece o revisor que se propõe. Da documentação que receberam, também não ficam a saber quem é a pessoa em causa. É um nome e, na sua opinião, não fica bem.-----

--- Sugeriu que, em próximas oportunidades, quando se sugerir um nome, no mínimo um curriculum vitae reduzido para saberem, também, quais são as habilitações do personagem, o que é que ele fez e porque razão é que ele é escolhido para o lugar.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta sobre a designação do Fiscal Único da Óbidos Criativa, E.M., conforme estipulado no número três do Artigo vinte e seis, da Lei número cinquenta, barra, dois mil e doze, de trinta e um de agosto, posta à votação secreta, tendo sido aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e doze votos em branco. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO CINCO – ELEIÇÃO E POSTERIOR NOMEAÇÃO DE TRÊS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE SELECÇÃO E AVALIAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS DO CONCELHO QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO DOIS, DO ARTIGO OITO, DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**-----

--- Foi presente uma proposta conjunta, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD e pelo Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Proposta de Lista Conjunta” -----

--- Comissão de Selecção e Avaliação para Atribuição de Bolsas de Estudo dos alunos do Concelho que frequentam o ensino superior, nos termos do disposto do n.º 2, do artigo 8.º, do Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior:-----

--- Efectivos:-----

--- Fernando Jorge;-----

--- Miguel Oliveira;-----

--- Joana Machado.-----

--- Suplentes:-----

--- Jorge Veloso;-----

--- Miguel Silvestre.”.-----

--- O Deputado José Machado, relativamente à eleição de deputados municipais para integrarem a comissão de avaliação das bolsas de estudo, sugeriu como primeira hipótese



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		27
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

que cada uma das forças políticas indicasse um deputado, sendo um do grupo municipal do PSD, um do grupo municipal PS e um do grupo municipal da CDU.-----

--- Contudo, atendendo a que a CDU não terá disponibilidade para integrar a comissão, o Grupo Municipal do PS mantém a atitude de colaboração, que já vem dos mandatos anteriores. Assim, o Grupo Municipal do PS indica para esta comissão Joana Machado e como suplente Jorge Veloso.-----

--- O Deputado Francisco Teixeira referiu que uma vez que não é nominal, podia ser dispensado o voto secreto.-----

--- O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal afirmou que se tratava de uma proposta que acaba por ser nominal. É uma proposta conjunta, mas nominal, logo considera que uma vez que se estão a votar pessoas, o voto deverá ser secreto.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a proposta conjunta para decisão e posterior nomeação de três membros da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Selecção e Avaliação para atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do Concelho que frequentam o Ensino Superior, nos termos do disposto no número dois, do artigo oito, do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, posta à votação secreta, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e dois votos em branco, pelo que foram nomeados todos os elementos constantes da mesma. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- **PONTO SEIS – ELEIÇÃO E POSTERIOR NOMEAÇÃO DE QUATRO MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E SUPLENTES, PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO OESTE, CONFORME ESTIPULADO NOS NÚMEROS UM, DOIS E TRÊS DO ARTIGO OITENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO, BARRA, DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE FEVEREIRO**-----

--- Foi presente uma proposta conjunta, subscrita pelo Grupo Municipal do PS e pelo Grupo Municipal da CDU, que a seguir se transcreve: “Eleição e posterior nomeação de quatro Membros da Assembleia Municipal e suplentes para integrar a Assembleia Intermunicipal do Oeste, conforme estipulado nos n.ºs 1, 2 e 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Propõe-se a seguinte lista:-----

--- Efectivos:-----

--- José Machado;-----

--- Sílvia Maurício;-----

--- Albino Sousa;-----

--- Anabela Blanc.-----

--- Suplente:-----

--- Cristina Rodrigues.”-----

--- Foi presente uma proposta do Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Proposta de nomeação de Membros para a Assembleia Intermunicipal do Oeste:-----

--- Efectivos:-----

--- Miguel Silvestre;-----

--- João Costa;-----

--- Anabela Adónis;-----

--- José Oliveira.-----

--- Suplente:-----



<b>Assembleia Municipal de Óbidos</b>		28
<b>Ata n.º 6</b>	<b>Reunião de 26.11.2013</b>	

--- Ricardo Duque.. -----  
--- À proposta conjunta dos Grupos Municipais do PS e da CDU, foi atribuída a letra A e à proposta do Grupo Municipal do PSD, foi atribuída a letra B.-----  
--- Como não houve intervenções, foram as propostas A e B, para eleição e posterior nomeação de quatro Membros da Assembleia Municipal e suplentes, para integrar a Assembleia Intermunicipal do Oeste, conforme estipulado nos números um, dois e três do artigo oitenta e três da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, postas à votação secreta, tendo-se obtido o seguinte resultado: Proposta A – onze votos a favor e Proposta B – dez votos a favor, pelo que foram nomeados os dois primeiros Membros de cada proposta, tendo os restantes sido nomeados como suplentes. Aprovado em minuta por unanimidade. -----  
--- **PONTO SETE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----  
--- Foi dada a palavra aos Municípes presentes. Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----  
--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte horas e trinta minutos, do dia vinte e seis de novembro do corrente ano, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente acta, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----  
--- E eu, João Vasco Pereira Ferreira Urbano, que lavrei a presente acta, também vou assinar.-----